



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

33º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2015 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Sobre o princípio da dignidade da pessoa humana, assinale a alternativa incorreta:

- a) A dignidade, como valor intrínseco da pessoa humana, consiste em tratar o homem como um fim em si mesmo, e não como um meio para a realização de metas coletivas ou de projetos sociais de outros.
- b) A dignidade da pessoa humana, por ser um princípio de elevada carga axiológica, possibilita ao Poder Judiciário conceder às partes prestações em face do Estado que vão muito além do mínimo existencial, independentemente de intermediação legislativa.
- c) A dignidade, como autonomia privada, envolve a capacidade de autodeterminação, isto é, o direito do indivíduo de decidir os rumos da própria vida e de desenvolver livremente sua personalidade.
- d) A dignidade, além de envolver a ideia de autonomia privada, se expressa como autonomia pública, resguardando o direito de cada um participar do processo democrático.
- e) A fluidez do princípio da dignidade da pessoa humana acaba por permitir que ele seja empregado no debate público para sustentar concepções diametralmente opostas, como, por exemplo, a defesa e a condenação do aborto, da eutanásia, do suicídio assistido e das uniões homoafetivas.

2) A respeito das técnicas decisórias no controle concentrado de constitucionalidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) A declaração de nulidade sem redução de texto procede à exclusão de determinada situação fática do âmbito de incidência da norma, por ser esta hipótese de aplicação da lei incompatível com a Constituição, sem realizar qualquer alteração no enunciado normativo.
- b) As decisões manipulativas de efeitos aditivos declaram uma norma inconstitucional não pelo que ela expressa, mas pelo que omite, alargando o texto da lei ou seu âmbito de incidência.
- c) A declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade reconhece a incompatibilidade do ato normativo com a Constituição, mas preserva a sua incidência por certo período, porque a imediata paralisação na aplicação da norma agravaria o estado de inconstitucionalidade.
- d) A declaração de inconstitucionalidade por arrastamento não permite à Corte Constitucional reconhecer a invalidade de normas que não estão abrangidas pelo pedido do autor.
- e) A interpretação conforme a Constituição infirma uma das interpretações possíveis do enunciado normativo, declarando-a inconstitucional, e, na maioria das vezes, afirma outra, que o compatibiliza com a Carta Maior.

3) Sobre o regime constitucional dos servidores públicos, assinale a opção incorreta:

- a) A estabilidade é a garantia constitucional do servidor titular de cargo efetivo de permanecer no serviço público, após o período de três anos de efetivo exercício.
- b) A vitaliciedade é uma prerrogativa especial de permanência no serviço público que só se perde mediante sentença judicial transitada em julgado.
- c) A vitaliciedade é conferida pela Constituição a agentes públicos de determinadas categorias funcionais, em virtude da especificidade das funções que exercem, como é o caso dos magistrados, dos membros do Ministério Público e dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal.
- d) A efetividade é a situação jurídica que qualifica a titularidade de cargos efetivos, para diferenciá-la dos casos de preenchimento de cargos em comissão.
- e) De acordo com a redação atual da Constituição, os empregados públicos, cujo regime é disciplinado basicamente pela Consolidação das Leis do Trabalho, não gozam de efetividade nem de estabilidade.

4) Sobre a intervenção do Poder Judiciário no processo de edição de normas, é possível afirmar que:

- a) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a violação a normas do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que disponham sobre processo legislativo constitui questão *interna corporis*, insuscetível de apreciação pelo Poder Judiciário.
- b) O Supremo Tribunal Federal considera cabível a declaração de inconstitucionalidade material de projeto de lei em sede de mandado de segurança impetrado por parlamentar.
- c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, uma proposta de emenda constitucional que represente ofensa a cláusula pétreia não pode ser objeto de controle judicial, porque ainda não ingressou no mundo jurídico.
- d) O Supremo Tribunal Federal exerce um controle rigoroso dos pressupostos da urgência e da relevância para a edição de medidas provisórias, os quais deixaram de se sujeitar a uma apreciação política e discricionária do Presidente da República.
- e) É vedado ao Poder Judiciário fiscalizar o conteúdo da lei delegada para avaliar se foram respeitados os limites da delegação, já que estes são impostos pelo Poder Legislativo.

5) Acerca dos direitos fundamentais individuais e sociais, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos individuais, por exigirem uma abstenção estatal, não geram qualquer custo ao erário, diferenciando-se, neste aspecto, dos direitos sociais.
- b) O princípio da vedação do retrocesso social coloca limites à liberdade de conformação do legislador, impedindo-o de revogar normas legais concretizadoras do núcleo essencial dos direitos sociais sem editar uma política substitutiva.
- c) As normas constitucionais consagradoras de direitos sociais são meramente programáticas, não servindo de fundamento direto para a dedução de deveres estatais de prestação.
- d) É vedado à Fazenda Pública invocar o argumento da "reserva do possível" como justificativa para a não-satisfação de um direito social.
- e) A efetivação de direitos sociais não apresenta relação com a promoção da liberdade individual, dado que esta não exige uma prestação positiva do Estado, atuando apenas como limite ao poder estatal.

6) Analise a seguinte passagem: "é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado". Ela se refere à seguinte limitação constitucional ao poder de tributar:

- a) princípio da anualidade tributária.
- b) princípio da anterioridade da lei fiscal.
- c) princípio da irretroatividade da lei fiscal.
- d) princípio da legalidade tributária.
- e) princípio da imunidade tributária.

7) De acordo com a Constituição, o Estado do Rio de Janeiro é competente para instituir:

- a) contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.
- b) contribuição de intervenção no domínio econômico.
- c) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- d) taxa para custeio do serviço de iluminação pública.
- e) contribuição para o custeio do regime de previdência dos seus respectivos servidores públicos.

8) Sobre a perspectiva moderna e liberal da Constituição, não é possível afirmar:

- a) Do ponto de vista político, pode-se dizer a Constituição como o conjunto de decisões do poder constituinte ao criar ou reconstruir o Estado, instituindo os órgãos de poder e disciplinando as relações que manterão entre si e com a sociedade.
- b) Do ponto de vista jurídico, em sentido material, a Constituição organiza o exercício do poder político, define os direitos fundamentais, consagra valores e indica fins públicos a serem realizados.
- c) Do ponto de vista jurídico, em sentido formal, a Constituição é a norma fundamental e superior, que regula o modo de produção das demais normas do ordenamento jurídico e limita seu conteúdo.
- d) A Constituição não tem caráter meramente descritivo das instituições, mas sim a pretensão de influenciar sua ordenação, mediante um ato de vontade e de criação, sempre materializada em um documento escrito.
- e) À Constituição cabe o papel decisivo no mundo moderno, de transportar o fenômeno político para o mundo jurídico, convertendo o poder em Direito.

9) No que tange ao tipo das Constituições, assinale a opção incorreta:

- a) Quanto à forma de veiculação das normas constitucionais, as Constituições podem ser escritas e não escritas.
- b) Quanto à origem, as Constituições podem ser promulgadas (ou democráticas) e outorgadas.
- c) Quanto à estabilidade do texto, ou seja, de acordo com o procedimento adotado para a modificação do texto constitucional, comparando-o com o procedimento aplicável à legislação ordinária, as Constituições podem ser rígidas, flexíveis ou semirrígidas.
- d) Quanto ao conteúdo, isto é, em relação ao grau de minúcia empregado no texto constitucional e à abrangência das matérias nele disciplinadas, as Constituições podem ser sintéticas ou analíticas.
- e) A Constituição semirrígida é aquela em que geralmente as normas consideradas materialmente constitucionais só podem ser alteradas mediante um procedimento mais dificultoso, ao passo que o restante pode ser modificado pelo legislador, segundo o processo previsto para a edição de legislação infraconstitucional, sendo exemplo a Constituição brasileira de 1988.

10) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:

- a) construir uma sociedade justa, livre e solidária;
- b) garantir o desenvolvimento nacional;
- c) implantar o comunismo na sociedade brasileira;
- d) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- e) promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

11) Assinale a alternativa correta:

- a) A mutação constitucional é uma via formal de modificação da Constituição.
- b) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União será limitada a estabelecer normas gerais, excluindo a competência suplementar dos Estados.
- c) O mandado de segurança é um remédio constitucional destinado à tutela de direito líquido e certo, ainda que amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- d) Como técnica de interpretação, o princípio da interpretação conforme a Constituição impõe a juízes e tribunais o dever de harmonizar as tensões e contradições entre normas jurídicas da legislação ordinária.
- e) O poder constituinte originário é, na sua essência, um fato político que se impõe historicamente, não sofrendo qualquer limitação da ordem jurídica preexistente. Diversa é a situação do poder de reforma constitucional, que configura um poder de direito, regido pela Constituição e sujeito a limitações de naturezas diversas.

12) Sobre as Procuradorias Gerais dos Estados e seus procuradores, é incorreto afirmar:

- a) Cabe às Procuradorias Gerais dos Estados – que são órgãos do Poder Executivo – a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- b) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal são organizados em carreira, na qual o ingresso depende de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
- c) As Procuradorias Gerais dos Estados são funções essenciais à justiça, de acordo com a Constituição brasileira de 1988.
- d) As Procuradorias Gerais dos Estados podem ajuizar ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.
- e) As Procuradorias Gerais dos Estados não prestam consultoria jurídica ao Ministério Público Estadual, tampouco prestam assistência judiciária à população carente.

13) Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não é possível afirmar que:

- a) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- b) A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.
- c) É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
- e) O princípio constitucional da reserva de administração não impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo se qualifica como instância de revisão dos atos emanados do Poder Executivo.

14) Assinale a assertiva correta:

- a) As funções típicas do Poder Legislativo são legislar e fiscalizar, e as atípicas administrar e julgar.
- b) O Poder Legislativo é órgão do Estado dotado de plena independência, exceto sob o aspecto financeiro.
- c) O Poder Legislativo Federal é bicameral e exercido pelo Congresso Nacional, assim como os estaduais, distritais e municipais.
- d) No regime presidencialista, as Chefias de Estado e de Governo não estão reunidas em uma única autoridade, pois o Presidente da República depende sempre da aprovação do Congresso Nacional para atos de Governo.
- e) O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Executivo, de caráter eminentemente administrativo, não dispondo de competência para, mediante atuação colegiada ou monocrática, reexaminar atos de conteúdo jurisdicional, formalizados por magistrados ou tribunais do país.

15) Sobre os crimes de responsabilidade do Presidente da República e sua repercussão, é incorreto

afirmar:

- a) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: a existência da União; o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do País; a probidade na administração; a lei orçamentária; o cumprimento das leis e das decisões judiciais. Esses crimes são definidos em lei especial, que estabelece as normas de processo e julgamento.
- b) A Constituição estadual representa, no plano local, a expressão mais elevada do exercício concreto do poder de auto-organização deferido aos Estados-membros pela Lei Fundamental da República. Assim, o Estado-membro dispõe de competência para instituir, mesmo em sua própria Constituição, cláusulas tipificadoras de crimes de responsabilidade, ainda mais se as normas estaduais definidoras de tais ilícitos tiverem por finalidade viabilizar a responsabilização política dos membros integrantes do Tribunal de Contas.
- c) São da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento. Assim, a definição das condutas típicas configuradoras do crime de responsabilidade e o estabelecimento de regras que disciplinem o processo e julgamento das agentes políticas federais, estaduais ou municipais envolvidos são da competência legislativa privativa da União e devem ser tratados em lei nacional especial.
- d) Quanto ao *impeachment* do Presidente da República, segundo a Constituição de 1988, admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados, será processado e julgado pelo Senado Federal. Já no caso de infrações penais comuns, o julgamento será feito pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO CIVIL

16) Acerca da capacidade no Direito Civil, assinale a opção correta:

- a) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são absolutamente incapazes.
- b) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir a sua vontade, são relativamente incapazes.
- c) Capacidade de direito é a aptidão para utilizar os direitos na vida civil, exercendo-os por si mesmo, sem necessidade de assistência ou representação.
- d) A incapacidade cessa, para os menores, pela colação de grau em curso de ensino médio.
- e) Os pródigos são relativamente incapazes, buscando o Código Civil a proteção do seu patrimônio e o de sua família.

17) Quanto ao regime jurídico aplicável às pessoas naturais e jurídicas, marque a afirmação correta:

- a) A declaração de morte presumida pressupõe, necessariamente, a decretação de ausência.
- b) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- c) As associações constituem-se pela união de pessoas para fins não econômicos.
- d) As fundações regidas pelo Código Civil constituem-se por uma dotação especial de bens livres, independente do fim a que se destinem.
- e) O Estado do Rio de Janeiro é pessoa jurídica de direito público externo.

18) Com relação ao Direito de Empresa, assinale a alternativa correta:

- a) O Código Civil de 2002, na esteira do Código Italiano de 1942, definiu expressamente empresa, qualificando-a como sujeito de direitos.
- b) O exercício da empresa não pode ser exercido por empresário individual.
- c) A sociedade anônima opera sob firma.
- d) O nome empresarial, como bem corpóreo, pode ser objeto de alienação.
- e) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado para exercício da empresa.

19) De acordo com as normas que regem a sociedade limitada, marque a opção correta:

- a) É permitida a contribuição que consista em prestação de serviços.
- b) O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais.
- c) O contrato social não pode prever a regência supletiva pelas normas da sociedade anônima.
- d) Todos os sócios respondem pela integralização do capital social, de forma não solidária.
- e) Nas omissões do Código Civil, a sociedade limitada rege-se pelas normas das sociedades personificadas.

20) No que concerne ao regramento do domicílio, assinale a assertiva correta:

- a) O servidor público tem domicílio necessário.
- b) O domicílio do Estado do Rio de Janeiro deve ser fixado por lei da Assembleia Legislativa.
- c) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência, ainda que sem ânimo definitivo.
- d) A pessoa natural não pode possuir mais de um domicílio.
- e) Nos contratos escritos, o domicílio é necessariamente o lugar em que o contrato foi celebrado.

21) No que se refere aos bens, assinale a alternativa incorreta:

- a) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis.
- b) São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- c) São benfeitorias úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- d) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao principal abarcam as pertenças, dado o seu caráter de bens acessórios.
- e) Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião.

22) Com relação aos negócios jurídicos, marque a opção correta:

- a) A renúncia a direitos reais sobre imóveis poderá ser feita por instrumento particular, independente do valor do negócio jurídico.
- b) O encargo consiste no elemento que subordina o início ou término da eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e certo.
- c) No caso de condição resolutiva, enquanto esta não se realizar, vigorará o negócio jurídico.
- d) A renúncia interpreta-se extensivamente.
- e) Ao titular de direito eventual não é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.

23) Acerca dos vícios que atingem o negócio jurídico, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os negócios jurídicos decorrentes de erro substancial são anuláveis.
- b) O instituto da lesão encontra previsão desde o Código Civil de 1916, como decorrência do princípio da boa-fé subjetiva.
- c) Não se considera coação o simples temor reverencial.
- d) A fraude contra credores caracteriza-se pelo elemento objetivo (*eventus damni* – ato prejudicial ao credor) e pelo elemento subjetivo (*consilium fraudis* – intenção de prejudicar o credor).
- e) Os negócios jurídicos simulados são nulos.

24) A respeito da teoria das nulidades dos negócio jurídico, assinale a alternativa correta:

- a) o negócio nulo convalesce pelo decurso do tempo.
- b) é nulo o negócio jurídico celebrado por pessoa que, mesmo por causa transitória, não puder exprimir sua vontade.
- c) é anulável o negócio jurídico quando não se revestir da forma prescrita em lei.
- d) o negócio jurídico anulável não pode ser confirmado pelas partes.
- e) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação pelas partes.

25) De acordo com o Código Civil, o pagamento de boa-fé a credor putativo:

- a) É válido, ainda que provado depois que aquele que recebeu não era credor.
- b) Só é válido se ratificado pelo credor efetivo.
- c) Não é válido.
- d) Só produz efeitos caso a prestação paga seja mais valiosa que a devida.
- e) Somente tem aplicação no direito imobiliário e depende da posse ostensiva e incontestada do imóvel.

26) Marque a opção incorreta a respeito das obrigações solidárias:

- a) A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.
- b) Na solidariedade ativa, cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor comum o cumprimento da prestação por inteiro.
- c) Na solidariedade passiva, o devedor que satisfizer a dívida por inteiro tem direito a exigir de cada um dos codevedores a sua quota, dividindo-se igualmente por todos a do insolvente, se o houver, presumindo-se iguais, no débito, as partes de todos os codevedores.
- d) Enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, este só se desobriga se pagar a todos em conjunto.
- e) Se o credor exonerar da solidariedade um ou mais devedores, subsistirá a dos demais.

27) Antônio, premido da necessidade de salvar seu filho, gravemente doente, cuja vida dependia da realização de cirurgia de elevado valor, celebra com Paulo, seu sócio na sociedade Panificadora Pacífica Ltda., que conhecia a delicada condição de saúde da criança e da urgente necessidade de Antônio de angariar recursos para o pagamento da cirurgia, contrato de compra e venda de 80% de suas cotas no capital social, avaliadas em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), pelo valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). O exemplo configura o seguinte defeito do negócio jurídico:

- a) Erro.
- b) Dolo.
- c) Coação.
- d) Lesão.
- e) Estado de perigo.

28) Em matéria de prescrição e decadência, é correto afirmar que:

- a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- b) Não se admite a renúncia tácita da prescrição.
- c) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue pela prescrição.
- d) A interrupção da prescrição pode ocorrer tantas vezes quanto verificadas as causas que a ensejam.
- e) A renúncia à decadência fixada em lei deve revestir-se da forma escrita, sob pena de nulidade.

29) Em matéria de responsabilidade civil, escolha a alternativa correta:

- a) Os atos praticados em estado de necessidade não geram dever de indenizar.
- b) Segundo precedentes do STJ, a reparação civil é devida mesmo na hipótese de a sentença penal absolutória acerca do mesmo fato fundamentar-se, em definitivo, na inexistência do fato ou na negativa de autoria.
- c) O ordenamento jurídico brasileiro reconhece a possibilidade de obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, somente nos casos especificados em lei.
- d) Em caso de homicídio, a indenização consistirá apenas no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família.
- e) A indenização mede-se pela extensão do dano. Todavia, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

30) Baseado na teoria geral dos contratos contemporânea, assinale a opção incorreta:

- a) A boa-fé objetiva apresenta as funções de interpretação-integração dos contratos, criação de deveres anexos e limitação ao exercício de direitos subjetivos.
- b) Nos contratos de adesão, a interpretação mais favorável ao aderente de cláusulas ambíguas ou contraditórias só é admitida em relações de consumo.
- c) O princípio da função social mitiga os tradicionais princípios da obrigatoriedade e relatividade dos contratos, e fundamenta teses, encampadas em alguns julgados do STJ, de exclusão da exceção de contrato não cumprido aos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços considerados essenciais.
- d) O princípio do equilíbrio econômico do contrato fundamenta institutos como a lesão, a revisão e a resolução por onerosidade excessiva.
- e) O princípio da probidade previsto no art. 422 do Código Civil, ao lado da boa-fé, especifica no âmbito dos contratos a diretriz da eticidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) O “direito líquido e certo”, como condição da ação no mandado de segurança, significa que:

- a) a veracidade das alegações de fato, em que se baseia a postulação, tem de ser comprovada por prova testemunhal;
- b) o pedido não comporta controvérsia sobre questão de direito;
- c) o julgamento da causa é proferido sempre pela procedência do pedido;
- d) não é possível haver resistência à pretensão pelo polo passivo;
- e) a profundidade da cognição judicial se restringe ao exame de prova documental.

32) A incidência imediata da lei processual no tempo, no direito brasileiro, é balizada pela:

- a) teoria do isolamento dos atos processuais;
- b) teoria da unidade da relação jurídica;
- c) teoria das fases processuais;
- d) teoria da aplicação prudencial;
- e) teoria da anualidade processual.

33) O sistema das nulidades processuais no CPC/73 é guiado, como diretriz geral, pelo princípio:

- a) da subsidiariedade;
- b) da inaproveitabilidade dos atos processuais;
- c) da instrumentalidade das formas;
- d) da consensualidade;
- e) da flexibilização do procedimento.

34) Agnes e José celebram contrato de prestação de serviços. Inadimplida a obrigação, José, tomador do serviço, ajuíza ação de cobrança pelo rito ordinário em face de Agnes, pretendendo condená-la na reparação dos danos materiais. Citada, Agnes, injuriada por humilhação perpetrada por José durante a prestação do serviço, pretende oferecer reconvenção em paralelo à defesa, buscando indenização por danos morais. Para tanto, Agnes pode ajuizar reconvenção:

- a) até o saneamento do processo;
- b) até a realização de Audiência de Instrução e Julgamento;
- c) em até 10 dias, a contar da juntada do mandado de citação aos autos;
- d) em até 30 dias, a contar da juntada do mandado de citação aos autos;
- e) em até 15 dias, a contar da juntada do mandado de citação aos autos.

35) O tema dos “procedimentos em matéria processual”, na repartição de competências legislativas prevista na Constituição de 88, está submetido à:

- a) competência privativa da União;
- b) competência concorrente da União e dos Estados;
- c) competência privativa dos Estados;
- d) competência privativa dos Municípios;
- e) competência privativa da União e dos Estados, nos limites de cada território.

36) Sobre os princípios gerais do processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O Código de Processo Civil de 1973, em seu artigo 131, predetermina o valor que o juiz deve atribuir a cada prova, adotando o sistema das provas legais.
- b) Determinado juiz proferiu sentença julgando procedente o pedido e, na fundamentação, ressaltou que a procedência do pleito decorria apenas da sua própria consciência. Neste caso, houve violação ao princípio do juiz natural.
- c) De acordo com o Código de Processo Civil de 1973, é possível que o juiz condene o réu a indenizar o autor por danos materiais em quantidade superior àquela requerida na petição inicial, se, ao proferir sentença, verificar que o valor requerido na inicial é baixo e desproporcional em relação ao dano sofrido pelo autor.
- d) Podemos citar como exemplo de aplicação do princípio da economia processual a previsão de reunião de processos em casos de conexão ou continência.
- e) O princípio da lealdade processual impõe que a parte ré celebre acordo com a parte autora nos casos em que o juiz designe audiência de conciliação.

37) Quanto à competência no processo civil brasileiro, assinale a assertiva incorreta:

- a) A Constituição do Estado do Rio de Janeiro dispõe caber ao Tribunal de Justiça, originariamente, julgar os mandados de segurança impetrados contra atos do Governador do Estado (artigo 161, IV, ‘e’). Neste caso, trata-se de uma regra de competência em razão da pessoa (ratione personae), a qual não pode ser derogada por vontade do impetrante.
- b) Não é permitida, em nosso sistema processual, a celebração de cláusula de eleição de foro para alteração de competência em razão da matéria.
- c) X ajuizou uma ação buscando anular seu casamento com Y perante a Vara Cível, apesar de existir Vara de Família no foro de residência de Y. Neste caso, o juízo da Vara Cível, de ofício, deverá julgar extinto o feito sem resolução do mérito, com base no artigo 267, IV, do Código de Processo Civil de 1973.
- d) O conflito de competência pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz.
- e) Argui-se, por meio de exceção, a incompetência relativa.

38) José adquiriu um imóvel de Cláudio. Após, Leandro propõe uma ação em face de José reivindicando o imóvel para si, sob o fundamento de é o real proprietário do bem e que Cláudio, por não ostentar o título de proprietário, não poderia tê-lo vendido a José. Neste caso, a modalidade de intervenção de terceiros de que poderá se valer José para que Cláudio o indenize pelos prejuízos sofridos, em regresso, caso a ação venha a ser julgada procedente, é:

- a) A oposição.
- b) O chamamento ao processo.
- c) A nomeação à autoria.
- d) Os embargos de terceiro.
- e) A denunciação da lide.

39) Acerca da coisa julgada, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o Código de Processo Civil de 1973, é defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão.
- b) O efeito positivo da coisa julgada impede que a questão principal já definitivamente decidida seja novamente julgada como questão principal em outro processo.
- c) O artigo 474 do Código de Processo Civil de 1973, o qual prevê que “passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido”, traz a chamada eficácia subjetiva da coisa julgada.
- d) A sentença de mérito transitada em julgado proferida por juiz absolutamente incompetente pode ser impugnada por ação rescisória dentro do prazo prescricional de cinco anos, contados do trânsito em julgado da decisão.
- e) A sentença que acolhe a alegação de litispendência faz coisa julgada material.

40) Sobre os requisitos de admissibilidade dos recursos, marque a alternativa errada:

- a) O terceiro prejudicado possui legitimidade recursal, devendo, contudo, demonstrar o nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial.
- b) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer nos processos em que oficiou como fiscal da lei.
- c) A renúncia ao direito de recorrer é um fato extintivo desse direito e independe da aceitação da outra parte.
- d) O Estado é dispensado do preparo de seus recursos, mas as autarquias estaduais devem recolher as custas para recorrer, sob pena de deserção.
- e) O Código de Processo Civil de 1973 admite a aceitação tácita da sentença ou da decisão diante da prática, sem reserva alguma, de um ato incompatível com a vontade de recorrer.

LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: O QUE NOS DIZ O FUTURO? *

Pedro Abramovay

Quando alguém, de boa-fé, propõe uma mudança de lei ou uma nova política pública, seu desejo mais sincero é o de poder ver o futuro. Isso porque mudanças sempre envolvem riscos. Por mais bem intencionado que se esteja, é impossível ter certeza sobre quais serão os resultados da mudança proposta. Se pudéssemos ver o futuro, eliminaríamos o risco de encher o inferno de boas intenções.

Sei que há pessoas bem intencionadas por trás da proposta de reduzir a maioria penal. Pessoas que acreditam realmente que ao reduzir a maioria penal estaremos fazendo do Brasil um país mais seguro. Eu sei, também, que há, entre os proponentes desta ideia, alguns oportunistas. Pessoas que apenas sabem que pesquisas indicam que essa é uma medida popular e querem trocar jovens presos por popularidade. Com esses, o diálogo é mais difícil. Dirijo-me, portanto, aos primeiros.

Quem propõe a redução da maioria penal de boa-fé, portanto, gostaria de saber o futuro. Será que realmente o Brasil se tornará um país mais seguro caso a medida seja aprovada?

Diferentemente de outras medidas que possam ser propostas para o nosso País, há uma vantagem grande na proposta de redução de maioria penal. Nesse caso, podemos, de alguma forma, ver o futuro.

Muitos países já reduziram a maioria penal. Vale a pena, se o debate for sincero, olhar para o que aconteceu por lá.

Vamos pegar o exemplo norte-americano. Após uma grande onda de superencarceramento nos EUA, democratas e republicanos procuram desesperadamente uma solução para o problema que criaram. E uma das medidas que têm sido olhadas com mais atenção é o aumento da idade penal.

Nos últimos anos, 23 estados tomaram medidas para tirar jovens do sistema penal. Medidas que vão desde o aumento da idade penal até a criação de uma justiça específica para jovens, com penas mais baixas (no fundo, muito próximo ao que temos hoje com o ECA).

Estudos foram feitos em estados que aumentaram a idade penal e observou-se que não houve aumento da criminalidade. E o que se vê é a proliferação de campanhas populares para o aumento da idade penal, em contextos nos quais a população parece ter compreendido que a redução não traz benefícios com relação à segurança dos cidadãos e cria uma série de efeitos perversos ao jogar centenas de milhares de adolescentes no sistema carcerário.

O Brasil deveria entrar nesse debate com humildade e a disposição de aprender com a experiência dos outros países. Alguém poderia dizer, com razão, que os EUA são muito diferentes do Brasil. Analisemos essas diferenças.

A polícia americana é mais eficiente e a justiça mais rápida. Se, em um contexto assim, não houve redução da criminalidade, por que imaginar que no Brasil seria diferente?

Por outro lado, nosso sistema carcerário enfrenta problemas mais sérios de superlotação e é mais controlado pelo crime organizado. Ou seja, no Brasil, o efeito de entregar os adolescentes para engrossar as fileiras do crime organizado será muito maior do que foi nos EUA.

Assim, se a experiência dos EUA foi ruim, aumentou a superlotação carcerária e não diminuiu os crimes, no Brasil a proposta tem tudo para ser desastrosa e fortalecer ainda mais as organizações criminosas.

Há um último ponto no debate público sobre o tema que vale a pena ser destacado.

O sistema de justiça para adolescentes que cometem atos delituosos no Brasil é bastante duro. É um dos mais duros do mundo. Adolescentes, desde os doze anos, podem ficar até nove anos sob a tutela do sistema de justiça. 3 anos internados, 3 anos em semiliberdade e 3 anos em liberdade assistida.

Não se pode dizer que é um sistema de impunidade. É um sistema que trata adolescentes de forma diferente de adultos. Um sistema que, com todos os seus defeitos, gera menos reincidência do que o sistema carcerário para adultos.

Que tipo de sociedade pode querer tirar adolescentes de um sistema com menos reincidência para enviá-los a outro no qual há mais chance de que voltem a cometer crimes?

O debate, como sempre acontece em temas de segurança pública, é um debate apaixonado. Um debate que mexe com o medo das pessoas. Aproveitar a chance que temos de receber conselhos do futuro pode ajudar aqueles que não querem apenas trocar medo por votos a tomar a decisão mais sábia.

* artigo publicado em "Brasil Post", de 04 de abril de 2015, disponível em:
http://www.brasilpost.com.br/pedro-abramovay/reducao-da-maioridade-o-futuro_b_6985002.html

41) "Se pudéssemos ver o futuro, eliminaríamos o risco de encher o inferno de boas intenções."

O fragmento em destaque justifica-se por:

- a) não se relacionar, de alguma forma, com a frase inicial do parágrafo.
- b) proteger, por meio de uma brincadeira linguística, o discurso dos opositores dessa questão.
- c) popularizar a linguagem do texto para atingir a todos os públicos.
- d) ironizar, por meio de uma expressão popular, as divergências que existem nessa discussão.
- e) interromper uma discussão pela impossibilidade de uma visão social futura.

42) O procedimento linguístico utilizado pelo articulista para defender a sua tese pode ser classificado como:

- a) argumento baseado no consenso.
- b) argumento baseado em provas concretas.
- c) argumento baseado somente em generalizações..
- d) argumento com base no raciocínio complexo.
- e) argumento baseado em verdades absolutas.

43) Considere o seguinte trecho: “Eu sei, também, que há, entre os proponentes desta ideia, alguns oportunistas. Pessoas que apenas sabem que pesquisas indicam que essa é uma medida popular e querem trocar jovens presos por popularidade.”

O termo “apenas” introduz:

- a) uma oposição entre as ideias defendidas.
- b) uma contradição, negando a ideia defendida.
- c) uma progressão semântica, ampliando a ideia defendida.
- d) um exagero, delimitando a ideia defendida.
- e) um conselho, ampliando a ideia defendida.

44) Considere o seguinte trecho: “ Quem propõe a redução da maioria penal de boa-fé, portanto, gostaria de saber o futuro. Será que realmente o Brasil se tornará um país mais seguro caso a medida seja aprovada?”

O conectivo “portanto” apresenta um valor de :

- a) condição.
- b) contraposição.
- c) comparação.
- d) conformidade.
- e) conclusão.

45) Levando-se em conta o texto em sua totalidade, podemos dizer que o autor:

- a) confronta a opinião de estudiosos ao apresentar a tese discutida.
- b) apresenta plenas justificativas para que a redução da maioria penal seja aceita.
- c) julga os proponentes dessa medida como totalmente idealistas.
- d) mostra-se surpreso com a reação das pessoas diante dos crimes praticados por menores de idade.
- e) defende, com cautela e comparações, a impropriedade da redução da maioria penal.

46) De acordo com o texto “Com esses, o diálogo é mais difícil. Dirijo-me, portanto, aos primeiros” (2º parágrafo), os termos destacados referem-se respectivamente a :

- a) pessoas oportunistas; pessoas de boa-fé.
- b) pessoas oportunistas; pessoas mal intencionadas.
- c) pessoas bem intencionadas; pessoas populistas.
- d) pessoas bem intencionadas; pessoas interesseiras.
- e) pessoas cautelosas; pessoas de boa-fé.

47) A ausência do sinal gráfico de acentuação cria outro sentido para a palavra:

- a) rápida
- b) será
- c) próximo
- d) público
- e) impossível

48) “O sistema de justiça para adolescentes que cometem atos delituosos no Brasil é bastante duro.” A oração sublinhada no período acima é:

- a) Subordinada adverbial consecutiva.
- b) Subordinada adjetiva restritiva.
- c) Coordenada explicativa.
- d) Subordinada subjetiva.
- e) Subordinada objetiva direta.

49) Assinale a frase gramaticalmente correta:

- a) Não sei por que a discussão sobre a maioria penal é polêmica.
- b) O diálogo entre as pessoas é muito difícil por que têm interesses diferentes.
- c) Eis o porque do medo das pessoas no Brasil.
- d) A maioria penal nos EUA deu certo, por que?
- e) Não respondi porquê não sabia.

50) “O Brasil deveria entrar nesse debate com humildade e a disposição de aprender com a experiência dos outros países. Alguém poderia dizer, com razão, que os EUA são muito diferentes do Brasil. Analisemos essas diferenças.”

Assinale a proposta de paráfrase do trecho acima que respeita a coerência e a coesão textual:

- a) Nesse debate, é necessário a disposição e a humildade do Brasil para aprender com a experiência de outros países. Com razão, alguém poderia afirmar EUA é muito diferente do Brasil. Para tal, cabe analisar tais diferenças.
- b) Nesse debate, é necessário disposição e humildade do Brasil para aprender com a experiência de outros países. Com razão, alguém poderia dizer que os EUA são muito diferentes do Brasil. Assim, cabe analisar tal fato.
- c) Nesse debate, disposição e humildade do Brasil são necessários para aprender com a experiência de outros países. Com razão, algumas pessoas podem contestarem que os EUA é muito diferente do Brasil. A análise desse fato é importante.
- d) Nesse debate, disposição e humildade do Brasil é necessário para aprender com a experiência de outros países. Razoavelmente alguém poderia dizer que EUA são muito diferentes do Brasil. Assim, cabe analisar tal fato.
- e) Humildade e disposição do Brasil, nesse debate, devem ser a grande aprendizagem. Outros países, com razão, podem contestar que os EUA são bastantes diferentes do Brasil. Assim, cabe analisar tal fato.